O BRASIL COM LULA 2022

A opção pela democracia

Rita Freire

MEMO
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O **Monitor do Oriente Médio** é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do **MEMO** é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O **MEMO** gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O **MEMO** defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o **MEMO** busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Título: O Brasil com Lula 2022: A opção pela democracia
Foto de capa: Lula em ato na Avenida Paulista, São Paulo, Brasil, em 29 de outubro de 2022 [Ricardo Stuckert]

Publicado em novembro de 2022.
Esta publicação preserva os direitos de copyright dos autores. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.

MEMO EDITORA

Monitor do Oriente Médio
Avenida Conselheiro Carrão, 1077
Sala 706, Vila Carrão São Paulo
Estado de São Paulo, Brasil
+55 (11) 2093-0599
www.monitordooriente.com

O BRASIL COM LULA 2022

A opção pela democracia

Rita Freire

Jornalista, especializada em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, gestora e representante da rede Ciranda.Net de comunicação compartilhada no Conselho Internacional do Fórum Social Mundial e Fórum Mundial de Mídia Livre. É editora-chefe do Monitor do Oriente Médio.

O risco de ver o Brasil transformado em uma ditadura legitimada pelo voto, com hordas de fanáticos armados e violentos impondo valores, políticas e comportamentos reacionários, fez os espíritos democráticos despertarem de anos de disputas entre si, comuns em tempos de normalidade política, para cerrar fileiras contra a reeleição de Jair Bolsonaro – o insuflador de fanatismos de extrema-direita.

Era preciso barrar os fascistas ou o fascismo engoliria o Brasil. Prova disso foi o que aconteceu no dia seguinte às eleições que deram vitória ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Seguidores de Bolsonaro, inconformados e orquestrados via grupos de redes sociais, invisíveis à população, acreditaram que poderiam reverter o resultado à força, iniciando o bloqueio de rodovias e chamados ao golpe militar, enquanto o atual presidente, derrotado nas eleições, silenciava e deixava a tentativa de caos e desabastecimento se espalhar pelo país. Foram 48 horas de silêncio deliberado.

Lula em ato em Florianópolis, Santa Catarina, 18 de setembro de 2022 [Ricardo Stuckert]

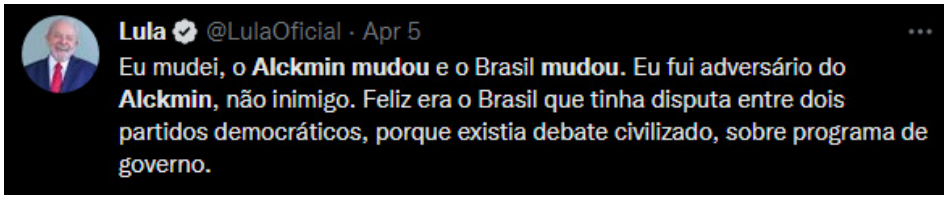
A democracia brasileira, porém, não deu espaço ao golpismo e confirmou o gigantesco esforço da cidadania para vencê-lo nas urnas.

Lula foi a força política capaz de unificar lideranças de esquerda, centro e até setores de direita, preocupadas em livrar o país da anti-política e do extremismo, confiantes de que o seu candidato tem a democracia nas veias e capacidade articuladora, concorde-se ou não com eventuais escolhas ou imposições das alianças.

“Esta não é uma vitória minha, nem do PT, nem dos partidos que me apoiaram nessa campanha. É a vitória de um imenso movimento democrático que se formou, acima dos partidos políticos, dos interesses pessoais e das ideologias, para que a democracia saísse vencedora”, disse Lula em seu primeiro pronunciamento após a confirmação do resultado das urnas.

Lula recebe apoio de oito ex-presidenciáveis no primeiro turno das eleições, em São Paulo, 19 de setembro de 2022 [Ricardo Stuckert]

A candidatura vitoriosa contou com apoio de dez partidos que foram se aproximando em torno da liderança do ex-presidente: PT, PSB, PSOL, Rede, PV, PC do B, Solidariedade, Avante, Agir e Pros. Também teve sinalizações – que agora podem se transformar em apoios e participações no governo – dos partidos PSD, MDB, Cidadania, parte da União Brasil, PP e Republicanos, os dois últimos integrantes do chamado "Centrão", grupo de legendas e parlamentares que sempre orbitam o governo e até então apoiavam Bolsonaro.



À esquerda: Geraldo Alckmin, ex-adversário e agora vice de Lula, na primeira reunião da coordenação da campanha [Ricardo Stuckert]

À direita: Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente que depois rompeu com Lula, voltou a apoiá-lo e é cotada para a pasta [Twitter]

Candidatos que ficaram em terceiro e quarto lugar no primeiro turno, Simone Tebet e Ciro Gomes, manifestaram apoio à candidatura petista. Simone, em particular, arregaçou as mangas e foi buscar votos inclusive no seio bolsonarista do agronegócio. O PSTU, partido de oposição à esquerda, no segundo turno das eleições, orientou voto crítico no candidato Lula.

Presidenciáveis Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) reconhecem e parabenizam a vitória eleitoral de Lula no Twitter

Contudo, nada será fácil ao novo presidente. O futuro Congresso terá maioria de oposição, com vários ex-ministros do governo extremista eleitos ao Senado. Lula será testado no limite de suas habilidades de negociação política. A presidenta Dilma Rousseff, reeleita por pequena diferença em 2014, enfrentou a revolta dos partidos derrotados nas urnas para a presidência, mas não para o Congresso, que se coordenaram para impedi-la de governar. Lula, porém, tem habilidades diplomáticas que são motivo de esperança para seus apoiadores.

Festa internacional inibe reações do presidente derrotado

Fora do país, a credibilidade do estadista Lula é espantosa, além do interesse de governos poderosos em influenciar seus rumos. Como declarou em entrevista à imprensa o ex-chanceler e conselheiro de Lula em política externa, Celso Amorim, falar com o presidente eleito agora ganhou *status*, virou moda entre chefes de Estado que ligam seguidamente para cumprimentá-lo. O país, observou o diplomata, passou de pária internacional, condição a que foi relegado pelas políticas do presidente Bolsonaro, a protagonista com a vitória de Lula.

O líder brasileiro recebeu demonstrações de apoio de governos, potências e até de quem foi adorado pelo governo de seu adversário, como os Estados Unidos. Contra as dúvidas lançadas por Bolsonaro sobre a lisura das urnas, o presidente Joe Biden apressou-se em manifestar que as eleições no Brasil foram livres, justas e confiáveis. Depois, ligou para Lula na intenção de montar uma equipe para trabalhar junto na transição. O mesmo elogio foi feito pelo ex-presidente Bill Clinton.

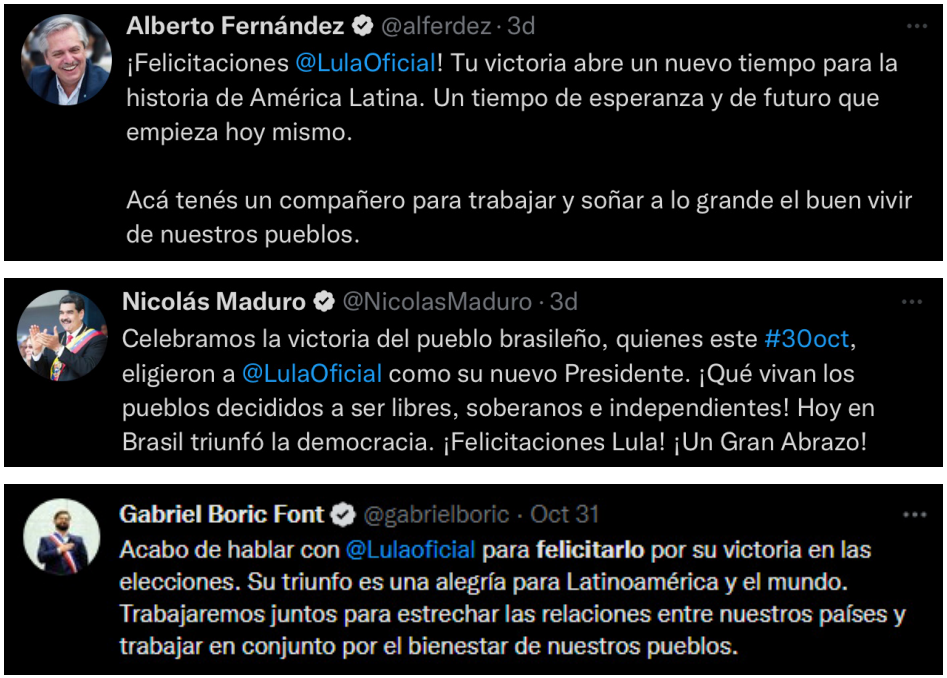
Presidente dos EUA Joe Biden: "Emito meus parabéns a Luiz Inácio Lula da Silva em sua eleição para ser o próximo presidente do Brasil, após eleições livres, justas e confiáveis. Espero ansiosamente trabalharmos juntos para preservar a cooperação entre nossos países nos meses e anos a frente"

Ex-presidente dos EUA Bill Clinton: "Parabenizo calorosamente Lula por sua vitória nas eleições livres e justas do Brasil. O povo brasileiro tem de ter orgulho de seu processo eleitoral pacífico e confiável"

Segundo a imprensa brasileira, vários governos se articularam para um rápido elogio ao resultado das eleições para evitar questionamentos do candidato derrotado – algo que Jair Bolsonaro ameaçava fazer. A celebração globalizada da virada de rumos do Brasil inibiu eventual vinculação explícita do Planalto às armações golpistas que se revelaram nas ruas.

Enquanto o atual presidente, frustrado na tentativa de reeleição, se escondia no Palácio do Planalto, sem uma declaração reconhecendo a vitória do oponente, uma chuva de votos de sucesso vinha das mensagens de todo mundo.

Da parte de muitos governantes, as mensagens expressaram, mais do que cumprimentos cerimoniais, um contentamento com o resultado das eleições . "Bendito povo brasileiro" postou Lopes Obrador, presidente do México. "*Jallalla* Brasil", escreveu o presidente da Bolívia, Luis Arce, usando uma expressão quechua que significa algo como "confiamos, Brasil". Gabriel Boric, presidente do Chile, proclamou simplesmente: "Lula, Alegria!". Em seguida, telefonou ao presidente eleito para dizer que tem muito a aprender com ele. "Hoje no Brasil triunfou a democracia", postou Nicolás Maduro. "Conte sempre com Cuba", afirmou o presidente da ilha, Díaz-Canel.



Presidente da Argentina Alberto Fernández: “Parabéns, Lula! Sua vitória abre um novo tempo para a história da América Latina. Um tempo de esperança e de futuro que começa hoje mesmo. Aqui tens um companheiro para trabalhar e sonhar grande com o bem viver de nossos povos.”

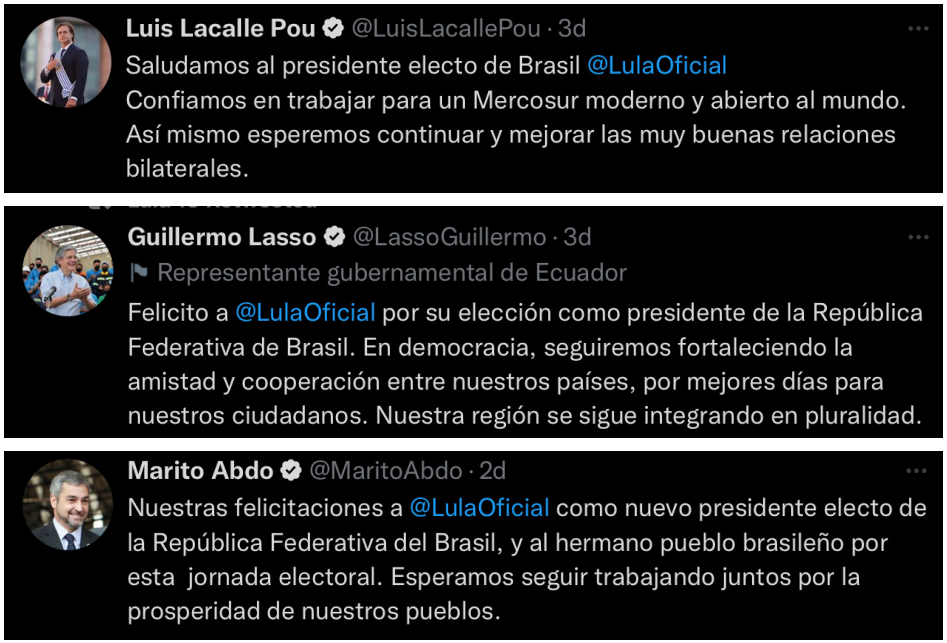
Presidente da Venezuela Nicolás Maduro: “Celebramos a vitória do povo brasileiro, que neste 30 de outubro elegeu Lula como seu novo presidente. Vida longa aos povos decididos a ser livres, soberanos e independentes! Hoje, no Brasil, triunfou a democracia. Parabéns, Lula! Grande Abraço!”

Presidente do Chile Gabriel Boric: “Acabo de falar com Lula para parabenizá-lo por sua vitória eleitoral. Seu triunfo é uma alegria à América Latina e ao mundo. Trabalharemos juntos para estreitar relações entre nossos países e colaborar pelo bem-estar de nossos povos”.

Presidente da Bolívia Luis Arce: “Parabéns, irmão Lula, presidente eleito do Brasil! Sua vitória fortalece a democracia e a integração latino-americana. Temos certeza que conduzirá o povo brasileiro pelo caminho da paz, do progresso e da justiça social. Jallalla Brasil!”

Presidente de Cuba Miguel Díaz-Canel: “Estimado irmão Lula, te parabenizo em nome do governo e povo de Cuba, que festejam sua grande vitória em favor da união, da paz e da integração latino-americana e caribenha. Conte sempre com Cuba”.

Presidente do Peru Pedro Castillo: “O Peru parabeniza o presidente eleito do Brasil, companheiro Lula, operário, sindicalista, lutador. Seu triunfo é fundamental para fortalecer a união latino-americana e a justiça social de nosso Grande Pátria”.



Presidente do Uruguai Luis Lacalle Pou: “Saudamos Lula, o presidente eleito do Brasil. Temos confiança de que trabalharemos por um Mercosul moderno e aberto. Esperamos, portanto, manter e melhorar nossas bonís-simas relações bilaterais”.

Presidente do Equador Gullermo Lasso: “Parabenizo Lula por sua eleição como Presidente do Brasil. Na democracia, seguiremos fortalecendo a amizade e cooperação entre nossos países, por dias melhores a nossos cidadãos. Nossa região segue se integrando na pluralidade”.

Presidente do Paraguai Mario Abdo: “Nosso parabéns a Lula como novo presidente eleito da República Federativa do Brasil e aos nossos irmãos brasileiros por esta jornada eleitoral. Esperamos seguir trabalhando juntos pela prosperidade de nossos povos”.

Da Europa vieram outras manifestações de entusiasmo, a exemplo do representante da União Europeia, Josep Borrell. Lula foi vitorioso em votos em países europeus como Portugal, França e Alemanha. O primeiro ministro-britânico Rishi Sunak se disse ansioso para o trabalho conjunto, assim como na América do Norte expressou o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau.

Josep Borrel, chefe de política externa da União Europeia: “Cidadãos brasileiros foram às urnas para eleger seu novo presidente em eleições pacíficas e bem organizadas. Parabéns Lula por sua eleição. Espero logo trabalharmos juntos e avançarmos nas relações Brasil-União Europeia junto de seu governo, do novo Congresso e das autoridades estatais.

Primeiro-Ministro do Reino Unido Rishi Sunak: “Parabéns Lula por sua vitória nas eleições do Brasil. Espero ansiosamente trabalharmos juntos em questões de interesse do Reino Unido e do Brasil, desde o crescimento da economia global à proteção dos recursos naturais do planeta e à promoção de valores democráticos.

Emmanuel Macron
@EmmanuelMacron
Officiel du gouvernement - France

Parabéns, caro @Lulaoficial, por sua eleição que dá início a um novo capítulo da história do Brasil. Juntos, vamos unir nossas forças para enfrentar os muitos desafios comuns e renovar o vínculo de amizade entre nossos dois países.

António Costa @antoniocostapm · 3d

Já tive a oportunidade de felicitar calorosamente @LulaOficial pela sua eleição como Presidente da República do Brasil. Encaro com grande entusiasmo o nosso trabalho conjunto nos próximos anos, em prol de #Portugal e do #Brasil, mas também em torno das grandes causas globais.

Володимир Зеленський
@ZelenskyyUa
Ukraine government official

Parabéns a @LulaOficial com vitória nas eleições presidenciais no Brasil.
Confio numa colaboração ativa com amigo da Ucrânia de longa data e no reforço da parceria estratégica 🇺🇦-🇧🇷 para assegurar democracia, paz, segurança e prosperidade na Ucrânia, no Brasil e no mundo inteiro!

Na guerra travada entre Ucrânia e Rússia, os dois governos elogiaram simultaneamente o presidente eleito.

Celebração da resistência palestina

Pela mídia do Oriente Médio, circulou a ideia de que a vitória de Lula significa vitória para a Palestina, pelas posições do ex-presidente contra os crimes perpetrados pela ocupação israelense. Na Palestina, Lula foi o campeão absoluto de votos. Em Ramallah, obteve o apoio de 84,8% dos eleitores.

Feras Abu Helal, editor-chefe do *Arab News*, diz que vitória de Lula é também vitória da justiça social, dos pobres e também da Palestina, e cumprimenta o povo brasileiro [Twitter]

Moncef Marzouki, ex-presidente da Tunísia, diz que Lula venceu o maquiavelismo e faz críticas à mídia sobre a ascensão da extrema-direita [Twitter]

Lideranças do movimento Hamas, que governa a Faixa de Gaza e participa da resistência palestina contra a ocupação, parabenizaram Lula em uma publicação em seu site oficial na segunda-feira (31), ao referir-se a ele como "lutador pela liberdade".

O dirigente Basim Naim considerou a eleição de Lula "uma vitória para todos os povos oprimidos ao redor do mundo, particularmente o povo palestino, dado seu conhecido apoio aos palestinos em todos os fóruns internacionais".

Enquanto isso, o jornal israelense *The Jerusalem Post* lamentou que Tel Aviv tenha perdido um amigo em Brasília, o não reeleito presidente Jair Bolsonaro, que sempre contou com o apoio sionista. A grande amizade de Bolsonaro com Israel foi expressa na imagem da primeira-dama do Brasil, Michelle Bolsonaro, que foi votar usando uma camiseta com a bandeira israelense.

Imagem de Michelle Bolsonaro, primeira-dama do Brasil, usando camiseta alusiva a Israel no dia da votação circulou o mundo; Israel foi grande apoiador do governo de Jair Bolsonaro [Twitter]

Lula também foi cumprimentado, no entanto, pelo presidente de Israel, Isaac Herzog, que lembrou a visita do ex-presidente a seu país. Contudo, a mídia israelense não guardou boas lembranças e enumerou situações em que o ex-presidente deu preferência aos interesses palestinos.

"No Brasil, a Palestina ganhou e Israel perdeu! O detentor do *keffiyeh* palestino ganhou a presidência. O presidente cuja esposa usava uma camisa com a bandeira israelense caiu, diz jornalista e ex-editor do jornal *Al-Ahrar*" [Twitter]

A imprensa não esqueceu que Lula se recusou a levar flores ao túmulo de Theodor Herzl, pai do sionismo – projeto ideológico da limpeza étnica da Palestina para criação do Estado de Israel –, ao mesmo tempo em que visitou o túmulo de Yasser Arafat.

Conforme registrou o **MEMO**, ao cobrir as repercussões da eleição no Oriente Médio, a mídia sionista mencionou o fato de que Lula reconheceu o Estado da Palestina em 2010, mas confundiu América do Sul com África do Sul, ao lamentar que a posição do Brasil provocou uma onda de iguais reconhecimentos no continente.

Giros de 180 graus

Celso Amorim, ex-chanceler nos governos Lula e Dilma, é cotado para assumir novamente o Ministério das Relações Exteriores ou ajudar na indicação de nomes [Valter Campanato/Agência Brasil]

Até a eleição de Jair Bolsonaro, o Brasil apoiava uma solução de dois estados para Israel e Palestina, com fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Foi em 2010 que o governo brasileiro reconheceu o Estado da Palestina dentro das fronteiras de 1967, antes da guerra em que Israel expandiu sua ocupação sobre os territórios palestinos. A partir desta, o Brasil

sempre defendeu na ONU os direitos palestinos contra os crimes da ocupação e os assentamentos ilegais. As posições de Lula, sob a chancelaria de Celso Amorim, foram seguidas por Dilma Rousseff e o apoio à solução de dois estados foi mantido pelo chanceler Aloysio Nunes, do governo de Michel Temer, que sucedeu o governo da petista após o impeachment.

Após a ascensão de Bolsonaro, a diplomacia brasileira sofreu um giro de 180 graus nas relações com Palestina e Israel, com o alinhamento incondicional do governo com a ocupação. Bolsonaro prometeu e tentou, sem sucesso, transferir a embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém – sendo demovido apenas pelos prejuízos que a medida traria para as relações com os governos do mundo árabe, grandes clientes dos produtos brasileiros, sobretudo a carne *halal*.

O histórico de relações com a comunidade internacional durante o período petista deve influenciar a escolha do próximo chanceler pelo governo Lula. Mas especialmente o papel de Celso Amorim nas decisões é motivo de expectativa internacional.

Segundo o jornal *O Globo*, a quem o ex-chanceler concedeu entrevista, se ele próprio não retornar ao comando do Itamaraty, terá opinião determinante sobre quem ocupará a pasta. Um dos nomes mencionados é o do ex-chanceler no segundo governo de Dilma Rousseff e ex-embaixador nos Estados Unidos, Mauro Vieira. Com quase 50 anos de carreira, Vieira trabalhou com Amorim e outros embaixadores importantes como Samuel Guimarães e Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

Na época em que assumiu o cargo, sob o governo Dilma, Vieira se descreveu como um "embaixador de resultados – de resultados que se medem com números, se obtêm com consciência da missão, com ação, com engajamento, com meios, enfim". Seu foco declarado era abrir e manter acesso aos mercados externos, em defesa do setor produtivo brasileiro.

Cotados ao Itamaraty (da direita para a esquerda): Mauro Vieira, Aloysio Nunes, Maria Luiza Viotti [Agência Brasil/Agência Senado]

No período de Vieira como chefe de política externa, o governo brasileiro considerava que o aumento do número de assentamentos ilegais e ataques inspirados pelo ódio e o extremismo religioso constituiam "um sério obstáculo" para alcançar uma paz duradoura na região, nas palavras de então presidenta.

O outro nome ventilado é o de Maria Luiza Viotti, ex-embaixadora do Brasil na ONU e na Alemanha e hoje chefe de Gabinete do secretário-geral da ONU, António Guterres. A diplomata é considerada favorita para o cargo, pela enorme experiência na governança internacional, mas notas da imprensa também dão conta do interesse de Aloysio Nunes de voltar ao Itamaraty.

Vinte anos se passaram desde que o governo Lula estabeleceu sua primeira política de relações internacionais para o Brasil. No Oriente Médio, os laços com a ocupação mudaram, por meio da normalização entre países árabes e Israel. Cada vez mais, o povo palestino se vê isolado, sem seus direitos assegurados pela comunidade internacional. Ao mesmo tempo, aumentam as denuncias do *apartheid* imposto por Israel ao povo palestino, com o avanço dos assentamentos ilegais, limpeza étnica e ameaças de judaização das áreas islâmicas de Jerusalém, como a Mesquita de Al-Aqsa.

De todo modo, as expectativas para o terceiro governo do presidente Lula é de um novo giro de 180 graus para a retomada da defesa dos direitos palestinos.

"O mundo sente saudades do Brasil"

As manifestações de Lula sobre as relações do Brasil com o mundo tocaram em temas como cooperação Sul-Sul, parcerias com o Norte, influência na governança global, integração na América Latina, industrialização e comércio internacional.

> Nas minhas viagens internacionais, e nos contatos que tenho mantido com líderes de diversos países, o que mais escuto é que o mundo sente saudade do Brasil.
>
> Saudade daquele Brasil soberano, que falava de igual para igual com os países mais ricos e poderosos. E que ao mesmo tempo contribuía para o desenvolvimento dos países mais pobres. O Brasil que apoiou o desenvolvimento dos países africanos, por meio de cooperação, investimento e transferência de tecnologia. Que trabalhou pela integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe, que fortaleceu o Mercosul, e ajudou a criar o G-20, a UnaSul, a Celac e os BRICS.
>
> Hoje nós estamos dizendo ao mundo que o Brasil está de volta. Que o Brasil é grande demais para ser relegado a esse triste papel de pária do mundo.
>
> Vamos reconquistar a credibilidade, a previsibilidade e a estabilidade do país, para que os investidores – nacionais e estrangeiros – retomem a confiança no Brasil. Para que deixem de enxergar nosso país como fonte de lucro imediato e predatório, e passem a ser nossos parceiros na retomada do crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Primeiro discurso de Lula após serem confirmados os resultados eleitorais que lhe deram vitória, em São Paulo, 30 de outubro de 2022 [Rovena Rosa/Agência Brasil]

> Queremos um comércio internacional mais justo. Retomar nossas parcerias com os Estados Unidos e a União Europeia em novas bases. Não nos interessam acordos comerciais que condenem nosso país ao eterno papel de exportador de *commodities* e matéria prima.

Vamos re-industrializar o Brasil, investir na economia verde e digital, apoiar a criatividade dos nossos empresários e empreendedores. Queremos exportar também conhecimento.

Vamos lutar por uma nova governança global, com a inclusão de mais países no Conselho de Segurança da ONU e com o fim do direito a veto, que prejudica o equilíbrio entre as nações.

Estamos prontos para nos engajar outra vez no combate à fome e à desigualdade no mundo, e nos esforços para a promoção da paz entre os povos.

Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva,
trecho do primeiro pronunciamento após
o resultado das eleições 2022

A frustração dos que queriam golpe

O reconhecimento da vitória de Lula por governadores, deputados e presidentes das casas do Congresso Nacional, por ministros e até pelo vice-presidente Mourão deixou frustrados apoiadores de Bolsonaro que imaginaram ter força para incendiar e reverter os resultados sob a liderança do próprio presidente Bolsonaro.

Parte do eleitorado que foi atraído para as campanha de ódio contra o PT desde 2005 – com as denúncias de corrupção – e depois disso apoiou o golpe do impeachment contra Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Lula e a eleição de Jair Bolsonaro, ainda estava nas ruas erguendo bandeiras em favor do governo mais desastroso que o Brasil já teve. E uma parte dessa parte se comportou até o final como um exército raivoso arreganhando os dentes para a oposição. Vieram daí os grupos que decidiram usar caminhões para trancar as rodovias.

Um detalhe sobre os bloqueios iniciados após as eleições é o fato de que a Polícia Rodoviária Federal (PRF), responsável por manter as pistas liberadas ao tráfego, é a mesma corporação que foi acusada, no dia das eleições, de realizar mais de 500 operações ilegais pelas estradas do país com objetivo de dificultar a chegada de parte dos eleitores de redutos pró-Lula aos locais de votação. Foi preciso uma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) para que as operações fossem suspensas.

Vários vídeos foram divulgados mostrando agentes aparentemente tolerantes com os manifestantes. Na noite de 31 de outubro, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, adotou medidas mais duras contra polícias estaduais ou federais coniventes com protestos. Além de assegurar reforços ao policiamento, o ministro impôs multas pesadas e ameaçou prender em flagrante o diretor-geral da PRF em caso de desobediência.

Apelo à violência foi tiro no pé

Duas medidas envolvendo questões de segurança marcaram o governo de Jair Bolsonaro e foram motivo de preocupação. Uma foi a contratação de militares para várias áreas do governo, em quantidade que não se viu nem nos tempos da ditadura militar. A pedido do presidente Bolsonaro, militares também foram integrados à equipe eleitoral de avaliação da segurança das urnas, sem encontrar evidências de problemas. A outra marca bolsonarista foi a liberação da venda de armas, o que resultou em uma quantidade maior de armas nas mãos de civis e milícias do que em poder das polícias e Forças Armadas juntas.

À medida do avanço da campanha de Lula à presidência, alguns episódios de violência testaram ânimos e a disposição dos bolsonaristas para reagir pela força à eventual vitória do ex-presidente.

Um dos aliados de Bolsonaro, o ex-deputado Roberto Jefferson, que se encontrava em prisão domiciliar, provocou o Poder Judiciário com diversos desacatos – por fim, ao chamar a presidenta do STF, Carmen Lúcia, de prostituta. Ao receber ordem de retorno à prisão, reagiu com tiros e granadas que eram mantidas em sua casa, ferindo policiais. A sociedade reagiu enojada.

Outro caso foi protagonizado pela deputada bolsonarista Carla Zambeli, que foi gravada quando, de arma em punho, com seguranças também armados, perseguia um homem negro pelas ruas de um bairro rico de São Paulo, a quem acusava de tê-la agredido. Mas vídeos mostraram que estava mentindo. Entrevistada, a parlamentar afirmava que decisões do presidente do TSE, proibindo o porte de armas no período eleitoral, não precisavam ser cumpridas. Mais uma vez, as manifestações na imprensa e nas redes sociais foram de nojo pela perseguição, além de tudo, racista.

Carla Zambelli, deputada federal bolsonarista, aponta uma arma a um homem negro no bairro nobre dos Jardins, em São Paulo, 29 de outubro de 2022 [Twitter]

Essas cenas de violência, protagonizadas por aliados de primeira hora de Bolsonaro, foram vistas como tiro no pé do próprio presidente, que tentava ampliar votos junto a eleitores indecisos e politicamente moderados.

A não-adesão às provocações, quer dos políticos bolsonaristas quer dos caminhoneiros, confirma algo que Lula afirmou em seu primeiro discurso: “A maioria do povo brasileiro deixou bem claro que deseja mais – e não menos democracia”.

A dura luta por pão e rosas para o Brasil

Mais do que os dentes arreganhados dos fanáticos, alguns deles insuflados por pastores de igrejas neopentecostais alinhados com o governo, o grande enfrentamento das forças democráticas brasileiras se deu contra os retrocessos que fizeram do mandato de Bolsonaro uma espécie de volta ao passado.

Uma mensagem de sindicalistas do exterior divulgada pelo movimento “Internacional Progressista”, desejando boa sorte ao governo Lula, fazia votos de “pão e rosas para o Brasil”. A frase usada no título do documento bem poderia ser trocada no Brasil pelo que diz a canção famosa da banda Titãs: “A gente não quer só comida” – embora a comida seja uma emergência do país.

“A fome, uma vez quase erradicada, agora aflige milhões de famílias trabalhadoras”, acusou o documento dos sindicalistas. No governo Bolsonaro, agravada pela pandemia, a fome ganhou índices epidêmicos. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), apontou um total de 33 milhões de pessoas sem acesso a alimentos básicos.

Brasil volta ao Mapa da Fome [Paulo Emílio via 247]

Pão e rosas remete ao filme do mesmo nome do diretor Ken Loach, sobre uma organização sindical de trabalhadores terceirizados do setor de limpeza nos Estados Unidos. A precarização extrema do trabalho levou a uma mobilização real ocorrida em Los Angeles, em 1990, e serviu, durante a campanha, como mote a comparações com a reforma trabalhista no Brasil e, na mensagem dos sindicalistas, com a situação dos trabalhadores no governo Bolsonaro.

Em quatro anos, o desemprego chegou a atingir 14%, melhorando apenas no período eleitoral, com medidas emergenciais, muito embora por meio do aumento do trabalho informal.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE) apontou 13,2 milhões de trabalhadores sem carteira assinada, a maior informalidade registrada nos últimos dez anos. O poder aquisitivo da população foi rebaixado com o término da Política de Valorização do Salário Mínimo implementada por Lula e transformada em lei por Dilma. Durante os quatro anos de Bolsonaro, o salário mínimo não teve aumento real, reajustado apenas pela inflação.

MST distribuiu em Pernambuco 120 toneladas de alimentos [Reinaux/ Mãos Solidárias]

Entre os problemas que impactaram a sociedade brasileira, alguns levaram segmentos da população a perigosos enganos. O mais grave foi o descaso do governo diante da pandemia de coronavírus. Falas presidenciais apostando na chamada “imunização de rebanho”, distribuindo remédios ineficazes e criando desconfianças em relação às vacinas levaram um país que sempre se orgulhou da experiência e da eficácia dos programas de vacinação a ver famílias fugindo e afastando seus filhos do direito aos imunizantes. O governo também atrasou a compra de vacinas disponibilizadas persistentemente pelos laboratórios. O resultado foi de quase 700 mil mortos pela covid-19.

Algumas políticas tiveram único propósito de buscar adesão ideológica de segmentos conservadores. Um exemplo foi o decreto para que o termo violência obstétrica – situação que vitima

muitas parturientes brasileiras – fosse evitado em documentos de políticas públicas, tratado como algo de conotação socialista e inadequada. Outro foi a retirada da população LGBTQIA+ da Política de Direitos Humanos, em um país com altos índices de assassinatos dentre a comunidade. O governo reduziu ainda o programa de atenção ao HIV/Aids do Ministério da Saúde, reconhecido internacionalmente.

Ainda na área de saúde, o governo Bolsonaro assinou, no final de 2019, a extinção de 22,4 mil cargos, sendo 10,6 mil de agentes comunitários. Também mudou as regras de repasses de verbas ao Sistema Único de Saúde (SUS), exigindo um tipo de cadastro de usuários que reduziu valores destinados aos municípios para atendimento a uma população geralmente invisibilizada. Isso antes da pandemia que, no ano seguinte, obrigou estados e municípios a correrem para suprir deficiências inalcançáveis no atendimento.

Um pacote eleitoral de "bondades"

Miséria e fome da população brasileira criaram também um alvo eficaz do pacote de "bondades" temporárias criado por Bolsonaro no período eleitoral, com aumento do auxílio emergencial que antes era motivo de resistência do governo, uso deste para obtenção de empréstimos consignados, acesso a parte do Fundo de Garantia dos Trabalhadores para financiamentos e medidas diversas para colocar dinheiro em circulação na mão da população pobre.

Outras medidas tiveram um público determinado: taxistas e caminhoneiros. Um auxílio de mil reais foi concedido até o fim do ano. Dez dias antes das eleições, o governo anunciou antecipar as parcelas. O candidato à reeleição injetou mais R$5 bilhões no setor para medidas derradeiras de distribuição de recursos. Tudo isso, porém, foi apenas parte de seu pacote eleitoral de "bondades".

Em julho, o Congresso Nacional promulgou uma emenda à Constituição que permitiu ao governo aumentar em R$ 41,25 bilhões os recursos a programas sociais e benefícios no período eleitoral e dando liberdade ao governo para definir os pagamentos.

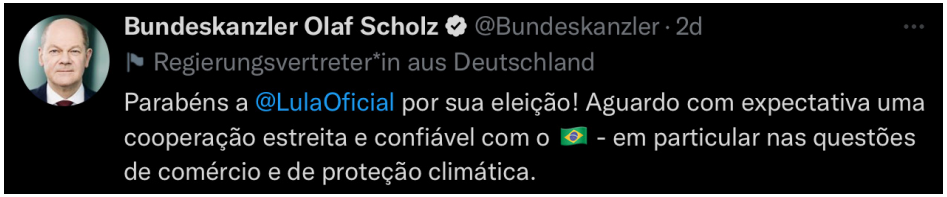
"Junto com o Parlamento venceremos esse desafio. A coragem não faltou nessas Casas [Câmara e Senado]. E eu tenho muito a agradecer a esse Parlamento, que aprovou medidas úteis e saudáveis. Somos parceiros: Parlamento e Executivo são irmãos e vivemos em plena harmonia. Dependemos um do outro", disse o presidente, ao participar da sessão.

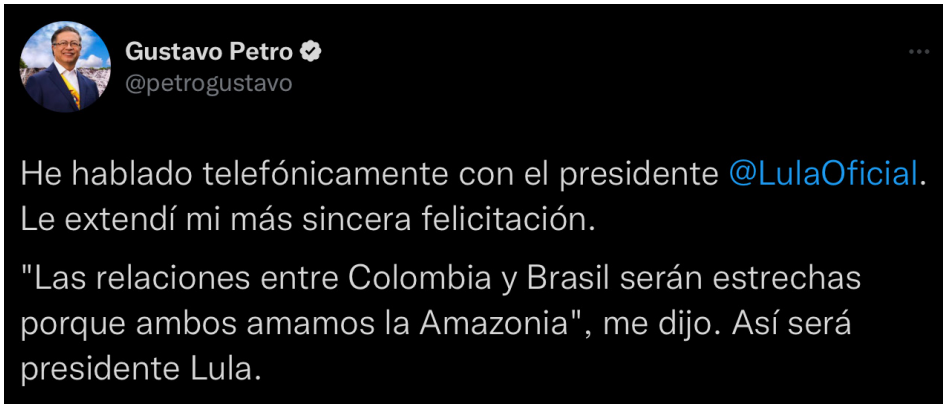
Verbas para parlamentares não têm transparência e tiram recursos do orçamento do governo federal [Marcos Oliveira/Agência Senado]

As relações do governo com o Congresso passam também por uma novidade criada em 2019 e implementada em 2020, que são as chamadas emendas de relator do Orçamento do Estado, que ficaram conhecidas como "orçamento secreto". Elas permitem que parlamentares destinem recursos que saem diretamente dos cofres da União sem que haja transparência para onde vai o dinheiro. Ao não especificar nomes, limites e destino, o mecanismo facilita, na prática, casos de corrupção.

Otimismo na luta ambiental

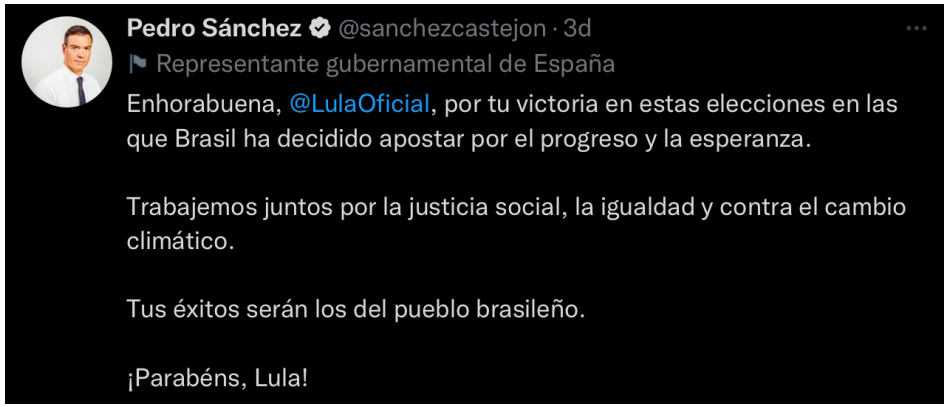
Uma das mudanças mais rápidas das relações do mundo com o Brasil aconteceu no dia seguinte às eleições, com o anúncio do ministro norueguês do Clima e do Meio Ambiente, Espen Barth Eide, de que voltará a liberar a ajuda financeira de US$ 482 milhões ou R$ 2,52 bilhões contra o desmatamento da Amazônia no Brasil, que foi suspensa durante o governo de Jair Bolsonaro.





Acima, chanceler da Alemanha Olaf Scholz parabeniza Lula e enfatiza igualmente questões de comércio e proteção climática.

Abaixo, diz o presidente colombiano Gustavo Petro, após telefonema: "As relações entre Colômbia e Brasil serão estreitas porque ambos amamos a Amazônia ... Assim será, presidente Lula"



Primeiro-Ministro da Espanha Pedro Sánchez: "Felicidades, Lula, por sua vitória nestas eleições em que o Brasil decidiu apostar no progresso e na esperança. Trabalhemos juntos por justiça social, igualdade e contra as mudanças climáticas. Seus êxitos serão do povo brasileiro. Parabéns, Lula!"

Primeiro-Ministro da Austrália Anthony Albanese: "Meu grande parabéns a Lula por sua tremenda vitória nas eleições brasileiras. Aguardo ansiosamente para trabalhar contigo na proteção do meio-ambiente global".

"Em relação a Lula, observamos que, durante a campanha, ele enfatizou a preservação da floresta amazônica e a proteção de seus povos indígenas. Por isso, estamos ansiosos para entrar em contato com suas equipes, o mais rápido possível, para preparar a retomada da colaboração historicamente positiva entre Brasil e Noruega", disse o ministro. "Saudamos o Brasil de volta como parceiro global nos esforços para reduzir o desmatamento. Estamos prontos para conversar".

Lula também disse que o Brasil está pronto para retomar o protagonismo na luta ambiental e lembrou que os governos petistas foram capazes de reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia, diminuindo de forma considerável a emissão de gases do aquecimento global. Pelo contrário, no governo Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia brasileira aumentou aproximadamente 70% – considerado um escândalo pelo ministro norugegues.

Fiscais do Ibama combatem desmatamento ilegal
na Terra Indígena Pirititi, em Roraima [Felipe Werneck/Ibama]

"Parar o desmatamento na Amazônia é crucial se quisermos cumprir as metas do Acordo de Paris e as metas de desenvolvimento sustentável. As florestas em pé fornecem proteção contra as mudanças climáticas", declarou Barth Eide.

Lula foi convidado pelo presidente do Egito Abdel Fattah el-Sisi a participar da Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP27) que começa dia 6 de novembro, no balneário egípcio de Sharm el-Sheikh, e vai até dia 18. A presença do brasileiro, segundo Sisi, terá influência positiva aos bons resultados do evento.

No Brasil, a paralisia da proteção ambiental foi a tônica da gestão Bolsonaro. Um webdossiê sobre a "Flexibilização da legislação socioambiental", lançado no final de 2021 pela Fundação Heinrich Boll e ong FASE, apontou uma série de retrocessos ambientais em curso ou discussão, após três anos sem que nenhuma terra indígena fosse delimitada, demarcada e homologada no país, aprofundando o déficit demarcatório e agravando o quadro de invasões e explorações ilegais.

Um dos retrocessos apontados foi o Projeto de Lei n. 2.633/2020, conhecido como "PL da Grilagem", que dispensa vistorias presenciais para titulação das médias propriedades rurais e abre brechas para que terras indígenas e quilombolas sejam regularizadas por invasores. Outro projeto, o PL n. 191/2020, permite exploração mineral em terras indígenas. Há ainda outro grave esquema em tramitação, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 177/2021, que autoriza o presidente da República a retirar o Brasil da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece direitos de povos tradicionais

Um dos mais polêmicos projetos foi o PL nº 490/2007, o chamado marco temporal indígena, que altera a legislação da demarcação de terras indígenas e limita as possibilidades para quem já tinha a posse das terras até a Constituição de 1988.

Garimpeiros ateam fogo nas sedes do Ibama e ICMBio (à direita) e em barco do ICMBio, na região do Rio Madeira, em Humaitá, 2017 [Facebook/ICMBio]

Outras medidas apontadas são as que invisibilizam terras indígenas, facilitam o arrendamento rural, alteram a legislação fundiária, cortam orçamento de entidades de proteção.

Na semana passada, o STF formou maioria de votos para obrigar o governo federal a retomar os programas do fundo Amazônia, cujos R$3,5 bilhões permanecem parados no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

A proteção ambiental foi um dos compromissos mais enfatizados pela campanha de Lula e reafirmado após a vitória de 30 de outubro, com algumas frases para enfatizar a mudança de política em relação ao governo anterior. “Uma árvore em pé vale mais do que toneladas de madeira extraídas ilegalmente por aqueles que pensam apenas no lucro fácil, às custas da deterioração da vida na Terra. Um rio de águas límpidas vale muito mais do que todo o ouro extraído às custas do mercúrio que mata a fauna e coloca em risco a vida humana. Quando uma criança indígena morre assassinada pela ganância dos predadores do meio ambiente, uma parte da humanidade morre junto com ela.”

Lula se comprometeu a retomar o monitoramento e a vigilância da Amazônia, e combater toda e qualquer atividade ilegal – seja garimpo, mineração, extração de madeira ou ocupação agropecuária indevida. Prometeu também promover o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem na região amazônica, sem destruir o meio ambiente.

As lutas climáticas foram lembradas por diversos governantes que cumprimentaram Lula, a começar pelo primeiro-ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre, que afirmou que “novas possibilidades se abrem para o Brasil – e para o papel importante que ele tem em questões globais, e uma nova esperança por nossos esforços comuns na luta contra as mudanças climáticas”. O chanceler alemão, Olaf Scholz, e John Kerry, enviado especial dos EUA para o Clima, disseram-se ansiosos em cooperar e trabalhar em conjunto nas questões ambientais.

A luta pela democracia continua

Duas frentes populares que articulam partidos e movimentos sociais – a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo – se juntaram no processo eleitoral – como em outras situações emergenciais da democracia brasileira – e trabalharam organizando estratégias e atividades de apoio à candidatura Lula e contra as políticas de Jair Bolsonaro.

Encerrado o segundo turno, celebrando os mais de 60 milhões de votos obtidos por Lula, mas observando tentativas de questiona-

mento do resultado legítimo das eleições, as duas frentes, em diálogo com o Fórum das Centrais Sindicais, decidiram criar uma sala para o monitoramento diário de manifestações antidemocráticas. Casos de bloqueios criminosos das estradas, de apoiadores de Bolsonaro que tentaram exigir intervenção militar, tornaram-se assuntos para decisões judiciais para as quais as frentes pediram cumprimento célere e desobstrução de vias públicas.

Em nota pública, as frentes se comprometem em mobilizar suas bases para uma grande manifestação popular por ocasião da posse do presidente Lula em 1º de janeiro de 2022.

O Brasil quase impossível que desafia Lula

O teto de gastos de 2016, que limita o orçamento federal, terá de ser enfrentado se o próximo governo quiser tocar as prometidas e necessárias políticas sociais.

Os planos de Lula para fortalecer o papel do Estado são ousados, inclusive com a recriação de ministérios extintos por Bolsonaro e criação de um novo – o Ministério dos Povos Originários.

O atual projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDE) que prevê os limites de gastos para 2023, estabelece para o Ministério da Saúde o menor orçamento dos últimos dez anos (R$ 149,9 bilhões), o que representa uma redução de R$ 22,7 bilhões em relação a 2022.

Este é só um dos desafios apontados na imprensa para as dificuldades que o próximo governo terá. A *Agência Lupa* reuniu indicadores nas áreas de economia, saúde, educação, meio ambiente e segurança pública – e o orçamento não dará conta.

Os homicídios, estupros, feminicídios serão outras preocupações sérias para um país cuja população foi descontroladamente armada pelo governo atual. Além do risco de violência política que deu sinais preocupantes na campanha eleitoral, Lula terá de enfrentar o avanço do crime organizado no país. O levantamento da *Agência Lupa* menciona um total de 53 facções criminosas em atuação no Brasil, com presença em todos os estados

A liberação de armas será um problema para a política de segurança pública, especialmente sobre a questão da violência de gênero. Em 2021, estimativas apontam que uma a cada sete mulheres foram assassinadas no país [Divulgação via Brasil de Fato]

Além disso, governo projeta que fechará as contas no vermelho em 2023. O déficit primário projetado é de R$ 63,7 bilhões. Para honrar esse valor extra, a União terá de emitir mais dívida.

O volume de recursos destinado ao Ministério da Educação (MEC) está em queda desde 2014 e a previsão do repasse para os ensinos básico, profissionalizante e superior´é de nova queda.

O aumento da população com fome se torna gritante com a explosão da miséria nas metrópoles, onde a a pobreza extrema alcançou o recorde histórico de 5,3 milhões de pessoas.

A manutenção e aumento do auxílio às famílias carentes será outro desafio dos grandes. O valor original nem era de R$ 600, mas de R$ 400, e o aumento de R$ 200 no ano eleitoral foi assegurando por meio da Emenda Constitucional nº 123/2022, que só vale até 31 de dezembro deste ano. Para manter os R$ 600, será preciso um aporte adicional de R$ 52 bilhões e rediscussão das regras fiscais vigentes. Além disso, o compromisso de Lula é conceder um valor maior para as famílias com filhos.

No meio de tudo isso, gastos com as emendas do “orçamento secreto” – que só podem ser derrubadas com anuência dos maiores interessados, os deputados – são previstos em R$19,4 bilhões.

A liderança de Lula, o apoio internacional e o sentido de alerta das forças democráticas contra a articulação da extrema-direita no país serão o combustível para dar sustentação a um projeto de resgate de um país dilapidado desde o golpe que tirou do poder a presidente legitimamente eleita, Dilma Rousseff.

A esperança popular na reconquista de uma vida digna fará toda diferença e será o melhor juiz dessa empreitada democrática.

Boa sorte, Lula.
Boa sorte Brasil!

Lula discursa no Instituto Lula, em São Paulo, Brasil [Ricardo Stuckert]

MEMO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

Criando Novas Perspectivas

monitordooriente.com

/monitordooriente

@monitordoorient

@monitordooriente